

O Populismo de Direita no Brasil: Neoliberalismo e Autoritarismo no Governo Bolsonaro

Right-Wing Populism in Brazil: Neoliberalism and Authoritarianism in the Bolsonaro Government

*Mayra Goulart da Silva¹ 

*Theófilo Codeço Machado Rodrigues² 

Resumo

Em outubro de 2018, o Brasil elegeu Jair Bolsonaro presidente da República. Com uma agenda politicamente autoritária, socialmente conservadora e economicamente neoliberal, Bolsonaro articulou aquilo que a literatura especializada convencionou chamar de um *populismo de direita*. O presente artigo identifica os elementos – discursos e políticas públicas – que corroboram essa percepção. O texto está estruturado em quatro seções. A primeira seção aborda o referencial teórico do populismo a partir de Laclau e Cas Mudde. A segunda traça as características do populismo de direita de Bolsonaro ao longo de seus trinta anos de vida política e que culminaram com sua eleição em 2018. Também é apresentada a forma como Bolsonaro articulou o “povo” em torno de sua campanha. A terceira apresenta as bases do autoritarismo presentes em seus dois primeiros anos de governo. Já a quarta seção, voltada para a economia política, identifica os elementos de seu neoliberalismo.

Palavras-chave: Populismo. Neoliberalismo. Autoritarismo.

Abstract

Jair Bolsonaro was elected president of the Republic in Brazil in the October 2018 race. With a politically authoritarian, socially conservative and economically neoliberal agenda, Bolsonaro articulated what the specialized literature agreed to call a *right-wing populism*. This article identifies the elements - speeches and public policies - that corroborate this perception. The text is structured in four sections. The first section addresses the theoretical framework of populism from Laclau and Cas Mudde. The second traces the characteristics of Bolsonaro's reactionary populism throughout his thirty years of political life that culminated in his election in 2018. The third presents the bases of authoritarianism present in his first year of government. The fourth section, on the political economy, identifies the elements of its neoliberalism. Our hypothesis is that Jair Bolsonaro reproduces in an extreme way the characteristics of a right-wing populism in Brazil.

Keywords: Populism. Neoliberalism. Authoritarianism.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da (PPGCS/UFRRJ, Seropédica, RJ, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6955-1586>.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da (PPCIS/UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1709-1546>.

Introdução

Em outubro de 2018, o Brasil elegeu Jair Bolsonaro presidente da República. Com uma agenda politicamente autoritária, socialmente conservadora e economicamente neoliberal, Bolsonaro articulou aquilo que uma parcela da literatura especializada convencionou chamar de um populismo de direita (MOUFFE, 2019; MUDDE, 2019), autoritário (HALL, 1988) ou, simplesmente, reacionário (FRASER, 2019). Há na literatura especializada, contudo, quem entenda que Bolsonaro não seja exatamente um populista. É o caso de Jason Stanley, para quem o presidente brasileiro se aproxima muito mais do fascismo do que do populismo. Para Stanley (2018), “a política fascista inclui muitas estratégias diferentes: o passado mítico, propaganda, anti-intelectualismo, irrealidade, hierarquia, vitimização, lei e ordem, ansiedade sexual, apelos à noção de pátria e desarticulação da união e do bem-estar público”. Esse seria o caso de Donald Trump, mas também de Bolsonaro (POPULISMO..., 2020). Ainda que possamos concordar com a ideia de que Bolsonaro se aproxime de táticas conhecidas como fascistas, discordamos de Stanley na leitura de que o presidente brasileiro não seja um populista. Associamo-nos, portanto, aos muitos autores que identificam o populismo na construção política de Bolsonaro (EATWELL; GOODWIN, 2020; STEFANONI, 2018; TORMEY, 2019). No entanto, entendemos que essa literatura identificou de forma ainda muito incompleta os sentidos do populismo de Bolsonaro. Aprofundar essa compreensão é o objetivo do presente artigo.

Para o desenvolvimento desse objetivo, recorreremos ao instrumental analítico de Ernesto Laclau (2013), Chantal Mouffe (2019) e Cas Mudde (2019) sobre populismo. Após definirmos o que entendemos por populismo de direita, demonstraremos a aplicabilidade do conceito à performance discursiva e administrativa de Jair Bolsonaro. Para isso, utilizaremos diferentes abordagens/estratégias metodológicas: a análise de discursos em Plenário, algumas votações referentes ao período em que Bolsonaro atuou como deputado federal e a avaliação das medidas adotadas após sua posse como presidente como Decretos e Medidas Provisórias.

O artigo está estruturado em quatro seções. A primeira aborda o referencial teórico do populismo. A segunda aponta as características do populismo de direita de Bolsonaro ao longo de seus trinta anos de vida política e que culminaram com sua eleição em 2018. Também é apresentada a forma como Bolsonaro articulou o “povo” em torno de sua campanha. A terceira apresenta as bases do autoritarismo presentes em seu primeiro ano de governo. Já a quarta seção, voltada para a economia política, identifica os elementos de seu neoliberalismo. Nossa hipótese é a de que Jair Bolsonaro reproduz de forma extrema as características de um populismo de direita no Brasil.

O Populismo de Direita na Teoria Política

Ideologias constituem conjuntos relativamente estáveis de ideias políticas reunidas de modo a propiciar diagnósticos e prognósticos acerca de situações conjunturais, enquadrando-as em uma estrutura analítica com pretensões (mais ou menos tácitas) de universalização (FREEDEN, 1996, 1998, 2017). Esta estrutura ergue-se, de maneira geral, em torno de questões como distribuição de recursos e justiça social. A capacidade de fazer prognósticos e de propor intervenções no mundo,

passíveis de dialogarem com outras propostas de mesma natureza, confere às ideologias algum grau de singularidade que permitam que elas sejam reconhecidas no mercado das ideologias.

O populismo, enquanto categoria analítica, não possui esses atributos, o que não implica que os fenômenos nele tipificados não recorram a este mercado em busca de inspiração para seus discursos. Há, todavia, um trade-off a ser considerado na relação entre lideranças populistas e ideologias: quanto mais preciso ideologicamente, isto é, quanto mais comprometido com uma ideologia política determinada, menor a capacidade do líder ou partido em questão de modular seus discursos para obter o apoio de segmentos sociais distintos. Um discurso populista se define, em termos laclauianos, pela capacidade de formar uma cadeia de equivalência, reunindo diferentes sujeitos sociais, cujas identidades em maior ou menor grau se dissolvem na formação de um novo sujeito político (LACLAU, 2013). Nesta medida, quanto mais comprometido com uma ideologia determinada e mais coerente com seus princípios, menos populista é o discurso.

Sob esta perspectiva não existiria uma ideologia populista que nos permitiria pensar como o populismo se comportaria em abstrato sobre justiça, direitos, igualdade e liberdade, ou diante de uma pandemia global. Para dar conta destas questões, cada manifestação empírica particular compõe uma articulação mais ou menos coerente entre componentes ideológicos distintos. É isso que nos permite pensar em subtipos de populismo, ou no caso do nosso objeto em particular, em populismos de direita.

Diferentemente das ideologias que incluem explicações mais complexas sobre os problemas e, por conseguinte, soluções mais abrangentes para as questões políticas e sociais, o populismo apresentaria combinações mais simples de ideias, que, inclusive, se alteram diante de um novo desafio (FREEDEN, 2003; HAWKINS et al., 2018).

O que podemos entender por populismo de direita? Para respondermos a essa pergunta, precisamos avançar na caracterização do que entendemos por “direita” ou nova direita. Para isso, é interessante recorrer às contribuições de Cas Mudde. Em seu *The Far Right Today* (MUDDE, 2019), o autor trata do sucesso eleitoral de diferentes lideranças de direita delineando o que ele entende como far right – termo usado para caracterizar tanto partidos de extrema direita como de direita radical, mas que se diferenciariam de liberais e conservadores tradicionais. Radicais e extremistas, por sua vez, manteriam posicionamentos distintos sobre a democracia liberal. Os últimos rejeitariam o componente democrático: a regra da maioria traduzida em processos eleitorais nos quais todos os cidadãos são considerados iguais. Os primeiros, por sua vez, rejeitariam o componente liberal: direitos humanos, proteção às minorias, separação de poderes e demais elementos que compõem o rule of law (MUDDE, 2019, p. 81). Para traçar seus elementos ideológicos comuns, Mudde resgata a terminologia utilizada por Bobbio acerca da equidade, como um elemento central na diferenciação entre direita e esquerda, ao afirmar que partidos de extrema direita e direita radical entenderiam a desigualdade como algo natural, celebrando a diferença.

Em termos históricos, apenas nos anos 90, é possível observar partidos de extrema direita e direita radical emergindo como força parlamentar na Europa. Segundo Mudde (2019, p. 47), a despeito das diferenças regionais, os partidos da far right na Europa combinavam nativismo, autoritarismo e populismo, se caracterizando pelo antagonismo para com imigrantes, minorias (demográficas e não demográficas), mas também conquanto as elites políticas e econômicas tradicionais em seus países.

Os anos 2000, por sua vez, se caracterizam pela ascensão de líderes caracterizados por Mudde como populistas de direita (*far right populism*). Segundo o autor, nesse contexto a *far right* se apresenta como a portadora dos anseios daqueles que se viram afetados pelas grandes crises do período: (i) os atentados terroristas de 11/09/2001 e posteriores; (ii) a crise financeira de 2008 e a recessão que se seguiu e; (iii) a crise dos refugiados de 2015. Ainda que tenham como epicentro os países do Norte Global, os efeitos desses acontecimentos tiveram desdobramento em todo o globo, desencadeando movimentos de descontentamento e protesto que fragilizaram as elites políticas incumbentes, permitindo o fortalecimento eleitoral dos partidos da chamada *far right*, que teriam sido mais bem-sucedidos do que os demais ao se apresentarem como porta-vozes da insatisfação popular (MUDDE, 2019, p. 47).

Em termos ideológicos, o populismo de direita se definiria pela ênfase em quatro temas, cuja relevância relativa variaria de caso para caso: imigração, política externa, corrupção e segurança. No tocante ao último, particularmente importante para a análise dos discursos de Jair Bolsonaro, seria o que Mudde (2019, p. 69) denomina *authoritarianism*, definido como “a crença em uma sociedade estritamente ordenada, na qual as infrações à autoridade devem ser severamente punidas”. Sob esta perspectiva, quase todos os “problemas sociais”, incluindo dependência de drogas ou “desvio sexual” são diagnosticados como ameaças à “ordem natural” e traduzidas como questões de “lei e ordem” a serem combatidas por uma abordagem punitivista.

Outro tema central nas eleições de 2018, a corrupção também aparece como elemento central na identidade dos movimentos da quarta onda da *far right*, sendo utilizada para compor discursos de deslegitimação das elites políticas tradicionais, mas também as elites econômicas, que são acusados de roubar o povo – sendo essa crítica menos presentes nos discursos bolsonaristas, quando comparados a outras lideranças do mesmo tipo, haja vista o seu esforço de atração do empresariado nacional e das elites financeiras internacionais. De modo geral, a elite política é amplamente descrita como “a esquerda”, acusada de corromper a nação com ideias “pós-modernistas” e “marxistas culturais” (MUDDE, 2019, p. 83). Nesta medida, o tema da corrupção se mistura com a perseguição à esquerda e às elites intelectuais.

Quanto à imigração e política externa, temas tradicionalmente menos relevantes nas eleições brasileiras, é interessante observar que o plano internacional apareceria para essas novas lideranças como um jogo de soma-zero. A cooperação internacional deixa de ser um tema relevante, em face das preocupações nacionais orientadas para os temas da segurança e do aumento das exportações. Nos termos de Mudde: “a política *America First* de Trump tem muitas variantes nacionais (MUDDE, 2019, p. 98).

Com Laclau (2013), entendemos que o populismo é um tipo específico e legítimo de articulação política. No populismo, a articulação de certas demandas populares não atendidas em torno de uma cadeia de equivalência forma o que entendemos como o “povo”. Ao mesmo tempo, a construção do discurso estabelece uma fronteira agonística entre o “povo” e aqueles que impedem a realização de suas demandas. A riqueza da leitura de Laclau reside em não impor um conteúdo ao populismo, mas sim em observá-lo apenas como um tipo específico de articulação política, que pode envolver conteúdos distintos.

Assim, o populismo pode ser de esquerda ou de direita, de acordo com o modo como as demandas foram organizadas e a fronteira agonística foi delimitada. O populismo de esquerda é aquele em que, em geral, o “povo” identifica-se com aquilo

que Laclau e Mouffe (2015) chamam de “democracia radical”, em que há uma articulação da luta dos trabalhadores com as lutas contra o racismo, o sexismo e a discriminação sexual. O populismo de direita segue por caminho diverso. A definição dada por Stuart Hall para o “populismo autoritário” de Thatcher encaixa bem em uma definição do populismo de direita. Segundo Hall (1988, p. 48, tradução nossa), o populismo autoritário “combina os temas ressonantes do conservadorismo orgânico – nação, família, dever, autoridade, padrões, tradicionalismo – com os temas agressivos de um neoliberalismo renovado – interesse próprio, individualismo competitivo, antiestatismo”. Ao avaliar o populismo de direita de Donald Trump nos Estados Unidos, definido como um “populismo reacionário”, Nancy Fraser (2019, p. 88) observa características como um “governo racista, anti-imigrantista e antiecológico”.

A cadeia de equivalência articulada pelo populismo de direita costuma pressupor o encontro de demandas do conservadorismo com as do neoliberalismo (MOUFFE, 2019). Mas o que é o neoliberalismo? Vale a pena recorrermos ao que dizem quatro autores sobre o tema. Para Wendy Brown (2019, p. 29), o neoliberalismo está “associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigáveis para investidores estrangeiros”. Ao identificar O caminho da servidão, de Friedrich Hayek, como o marco teórico de origem do neoliberalismo, Perry Anderson (1995, p. 9) o compreende como “um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política”. Já Hardt e Negri (2014, p. 226) entendem que a fórmula neoliberal “inclui gastos mínimos com o bem-estar público, privatização da indústria e da riqueza públicas e redução da dívida pública”.

Como veremos nas próximas seções, esse populismo que uns chamam de reacionário, outros de autoritário ou, simplesmente, de direita, nos parece descrever bem a práxis política de Jair Bolsonaro no Brasil.

O Populismo de Direita no Brasil: o “Povo” de Jair Bolsonaro

A trajetória política de Jair Bolsonaro não é recente. O atual presidente do Brasil ingressou na vida política em 1988, quando entrou para a reserva do Exército para concorrer ao cargo de vereador do município do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão. Após sua breve passagem pela Câmara de Vereadores, Bolsonaro se candidatou ao cargo de Deputado Federal, no qual permaneceu ao longo de 27 anos, entre 1991 e 2018.

Sua atuação política nunca esteve diretamente ligada a um partido político; seu nome compôs as fileiras de diversos partidos, dentre eles os Partido Democrata Cristão (1989-1993), Partido Progressista (1993), Partido Progressista Renovador (1993–1995), Partido Progressista Brasileiro (1995–2003), Partido Trabalhista Brasileiro (2003–2005), Partido da Frente Liberal (2005), Partido Progressista (2005–2016), Partido Social Cristão (2016–2018) até, por fim, integrar o Partido Social Liberal (2018–2019).

Se no âmbito partidário ele possui um comportamento inconstante, no que tange à aprovação do eleitorado sua performance foi relativamente sólida. Em sua primeira eleição para Deputado Federal (1990), Bolsonaro obteve 67.041 votos; na segunda (1994), obteve 111.927; na terceira (1998) 102.893; na quarta (2002) 88.94; na

quinta (2006) 99.700; e na sexta (2010) 120.000. O ponto fora da curva de seu desempenho eleitoral é a eleição de 2014, quando atinge a marca de Deputado Federal mais votado do Rio de Janeiro e passa a figurar entre os 5 deputados federais mais votados do país, com 464.572 votos.

Mesmo considerando essa ascensão meteórica entre 2010 e 2014, é interessante observar que Jair Bolsonaro foi alçado ao cargo mais importante do Executivo brasileiro sem nunca ter exercido nenhuma função nesse Poder anteriormente. Excluindo esse último período, é possível observar que sua trajetória política não possui grandes feitos e sua base eleitoral se resumiu a um eleitorado constante e homogêneo que se restringia, inicialmente, à classe militar, seus familiares e simpatizantes.

A esse grupo, coeso em função de demandas específicas relativas à sua carreira, se agregam outros, construídos, primeiramente, através de vínculos identitários forjados a partir de uma ideia de Segurança Pública e de ordem baseada no punitivismo (aumento de penas) e no uso da violência legítima (facilitação do acesso às armas de fogo e ao seu uso em legítima defesa). Sendo assim, utilizando a abordagem teórica laclauiana, é possível afirmar que estes elementos surgem como os primeiros pontos nodais na produção da cadeia equivalencial estruturada pelas performances de Jair Bolsonaro. Entendidos como pontos discursivamente privilegiados por meio dos quais são configuradas as práticas articulatórias hegemônicas, os pontos nodais são responsáveis por converter demandas particulares/diferenciais em equivalentes³ (LACLAU; MOUFFE, 2015). Essa conclusão, dialoga com as impressões de Alonso (2019), Solano (2018) e Power e Rodrigues-Silveira (2018) de que a agenda original de representação dos interesses salariais e previdenciários dos militares foi sendo ampliada pela defesa de políticas de segurança pública de orientação punitivista e crítica à ideia de direitos humanos, baseada no aumento do porte de armas, na justificativa aberta de assassinatos extralegais e na hostilidade conquanto a minorias raciais e sexuais.

Para que se possa compreender a ascensão de Bolsonaro é preciso, pois, perceber a constelação de fatores que lhe garantiu o potencial para expandir sua base e constituir uma legião de apoiadores. Com isso, a partir da teoria laclauliana, será possível esclarecer o movimento acima ilustrado, que corresponde ao processo de formação de uma cadeia de equivalência entre diferentes grupos e demandas. É nessa dinâmica que a pauta militar original passa a dividir espaço com outras demandas a serem articuladas na cadeia formada por seus discursos, cujo ponto nodal é a contraposição com a esquerda, associada à corrupção política e moral.

Em uma análise superficial, pode-se apreender alguns atributos desse novo sujeito político que se forma em torno de Bolsonaro: trata-se de um grupo identificado com os símbolos das classes média e alta, que vislumbra nas questões conservadoras, no saudosismo ao regime ditatorial e na redução do Estado, elementos fundamentais para a promoção de um modelo de Brasil que lhes convém.

³ Equivalência e diferença são apresentadas, portanto, como duas maneiras de constituir o social. A primeira se daria “por meio da afirmação de uma particularidade – no caso, uma particularidade de demandas – cujas únicas ligações com outras particularidades são de natureza diferencial” (LACLAU, 2005, p. 129). A segunda, por sua vez, dar-se-á “por meio de uma rendição parcial da particularidade, enfatizando tudo o que as particularidades possuem em comum no plano da equivalência” (LACLAU, 2005, p. 129). Essa segunda forma de construção do social operaria a partir do estabelecimento de uma “fronteira antagônica”, isto é, da percepção de que há um sujeito/sistema/totalidade que de alguma forma impede que essas demandas sejam representadas dentro do espaço de identidades e significados que compõem aquela coletividade política (JUNIOR, 2014; LACLAU, 1996, 2003; MENDONÇA, 2003, 2007).

Neste tocante, cabe destacar três discursos proferidos por Bolsonaro na Câmara dos Deputados. No primeiro, de 2003, o parlamentar se afirma como um político de “extrema direita”, em favor da ditadura militar e contrário à política de Direitos Humanos levada à cabo pelo PT.

[...] Se não ser traidor é ser de direita, sou de extrema direita com muita honra. Tenho orgulho de dizer que defendo a ditadura militar. Na ditadura militar não tinha essa patifaria que vemos hoje por aí: o servidor público era tratado com dignidade e não havia ninguém vendendo droga em porta de escola. A violência não estava dessa maneira, porque não existia essa covarde política de Direitos Humanos (BOLSONARO, 2003).

No segundo, proferido em 2016, fica clara a adoção de um discurso de ódio em defesa da classe média e de uma suposta maioria composta por brancos heterossexuais, ameaçada pelas minorias que teriam sido beneficiadas durante os governos petistas: gays e negros.

Por que o PT odeia tanto a classe média, que sobrevive às suas custas e não depende de nada do Governo? Por que o PT odeia tanto as minorias e joga umas contra as outras? [...] O PT tem seus representantes setoriais que odeiam as minorias - repetindo, odeiam as mulheres. Há Deputada aqui que defende estupro menor de idade. Nós temos Parlamentares aqui que odeiam os negros e que os jogam todo o tempo contra os brancos; odeiam os homossexuais, e os jogam contra os heterossexuais. Esta é a política do PT: a política do ódio (BOLSONARO, 2016).

Deste modo, é possível afirmar que a simbologia da classe média também foi utilizada como ponto nodal de seus discursos, articulando demandas de diferentes grupos que se identificam com ela e ampliando sua base de apoio para além dos segmentos originários, cuja identidade estava associada à ideia de segurança. Como alerta Alonso (2019, p. 43):

[...] o capitão encontrou a trilha aberta e fez dela rodovia ao entrar em sintonia fina com o brasileiro médio. Apostou em robustecer a coesão de uma comunidade moral acuada, vocalizando seus pilares: o nacionalismo beligerante, o moralismo hierarquizador, o antielitismo.

É possível portanto afirmar que Bolsonaro opera a partir de um maniqueísmo moralista típico da Nova Direita (DROLET, 2014; HAWLEY, 2017; SOLANO, 2018; CRESPO, 2014), da Direita Alternativa (STEFANONI, 2018) ou dos populistas de direita acima caracterizados, engendrando um entrelaçamento entre o discurso anticorrupção, o punitivismo, a hostilidade com as minorias e o neoliberalismo, sendo o elemento central nessa articulação a ideia de meritocracia (ALONSO, 2019; PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018). A ideia é que o *cidadão de bem*⁴, entendido como *self-made man* em potencial, caso tenha mérito, não precisa do auxílio do Estado,

⁴ A respeito do tema ver sugiro o trabalho de Kalil (2018), no qual a ideia de *cidadão de bem* é apresentada como um *significante vazio* na medida em que é o elo que proporciona as condições para a criação de uma cadeia de equivalências entre diversas variáveis de natureza moral.

ao contrário, é por este prejudicado na medida em que é obrigado a sustentar, via tributos, uma série de vagabundos (beneficiários de políticas assistenciais), corruptos e demais privilegiados (minorias que de algum modo se beneficiam ou poderiam se beneficiar das políticas de ação afirmativa).

No terceiro discurso, proferido após o lançamento de sua candidatura à Presidência da República, observa-se o papel constitutivo do antagonismo com relação ao PT na construção da sua identidade política, enquanto representante de grupos diversos que, a despeito de suas diferenças, se identificam em virtude de uma percepção compartilhada de que os petistas, ou a esquerda, de alguma maneira os ameaça.

Eu quero agradecer ao Lula, que, em todos os seus movimentos, tem citado o meu nome como um grande inimigo do PT. Eu fico muito orgulhoso disso, afinal de contas, sou o oposto do que o Lula é. Sou exatamente o contrário do que o PT fez e pregou até hoje (BRASIL, 2017).

Entretanto, é necessária uma observação cautelosa desse movimento para que se possa perceber não apenas sua composição, mas, também, os fatores que deram origem à articulação dessa miríade de sujeitos, a princípio dispersos, que passam a se identificar com os discursos nos quais se dissemina a ideia de que há um inimigo comum que os oprime: o PT e aqueles que foram beneficiados por seu governo. Sem essa cautela pareceria pertinente supor que as camadas populares não fazem parte dessa cadeia, que seria composta apenas pelas classes médias e altas, ainda que elas sejam o segmento preferencial dos discursos e do apoio de Bolsonaro, como revela a tabela abaixo.

Tabela 1 - Porcentagem de votos em Bolsonaro por renda familiar em salários mínimos e por nível de escolaridade (Outubro de 2018)

Escolaridade	Até a 5ª série	44%
	Da 5ª série à 8ª série	53%
	Ensino médio completo	63%
	Ensino superior completo	66%
Renda Familiar	Até 1 salário mínimo	42%
	Entre 1 e 2 salários mínimos	56%
	Entre 2 e 5 salários mínimos	69%
	Mais de 5 salários mínimos	72%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do DataFolha.

Sendo assim, caso mantivéssemos nossa análise em um plano superficial, poderia parecer cabível afirmar que as camadas populares não constituem o segmento prioritário de seus discursos. Essa informação, todavia, nos parece insuficiente para dar conta de sua intrincada rede de seguidores. Uma percepção mais aprofundada de seu eleitorado revela que o discurso empregado ao longo de sua campanha eleitoral e, até mesmo, antes de ser lançado como candidato, possui ampla penetração nas camadas da sociedade com o menor índice de renda familiar, compreendendo, neste caso, mais de 50% dos que disseram que votariam nele. Esse aparente paradoxo se dissolve quando consideramos, em paralelo, o relevante percentual de evangélicos que disseram votar em Bolsonaro (AMARAL, 2020; NICOLAU, 2020).

Embora se apresente como católico, em 2016, Bolsonaro foi batizado pelo Pastor Everaldo, o que contribuiu para tornar ambígua sua identidade religiosa. Figura relevante no cenário nacional e então candidato ao Senado pelo Rio de Janeiro, Everaldo é presidente nacional do PSC⁵. Nesse processo, Bolsonaro aproximou-se de outros líderes políticos evangélicos, entre eles o então senador Magno Malta, o pastor e deputado federal Marco Feliciano, e o bispo Edir Macedo da Igreja Universal do Reino de Deus, diversificando seu apoio entre os diferentes segmentos deste campo. De todo modo, é difícil saber a partir de quando ele se transforma no candidato preferencial dos evangélicos, uma vez que esse processo de aproximação parece ter sido construído gradualmente por meio da incorporação de uma pauta moral de cunho conservador, centrada no combate a políticas públicas orientadas às questões de gênero, assim como ao combate ao aborto e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

É preciso notar que existe uma relação íntima entre a crescente popularidade de Bolsonaro e a linha discursiva por ele adotada. A alta adesão dos cristãos, principalmente dos protestantes, à propaganda de Bolsonaro revela a importância progressiva de uma agenda associada a valores identificados como religiosos, tradicionais e conservadores para que seu discurso conseguisse ampliar sua penetração social. É importante ressaltar, ainda, o papel de facilitador exercido por parte das lideranças religiosas, principalmente de denominação pentecostal dentro dos grupos de convívio desse segmento populacional (BURITY, 2020; MACHADO; BURITY, 2014). Utilizando-se do grande prestígio que possuem, eles facilitaram a aceitação das propostas de Bolsonaro de maneira direta, ao indicá-lo como candidato ideal ou, ainda, indiretamente, ao caracterizar seus opositores enquanto inimigos dos valores por eles defendidos (KALIL, 2018). Por tudo isso, concordamos com Nicolau (2020, p. 78) quando conclui que “a mobilização dos evangélicos foi um dos fatores determinantes para a vitória de Bolsonaro”.

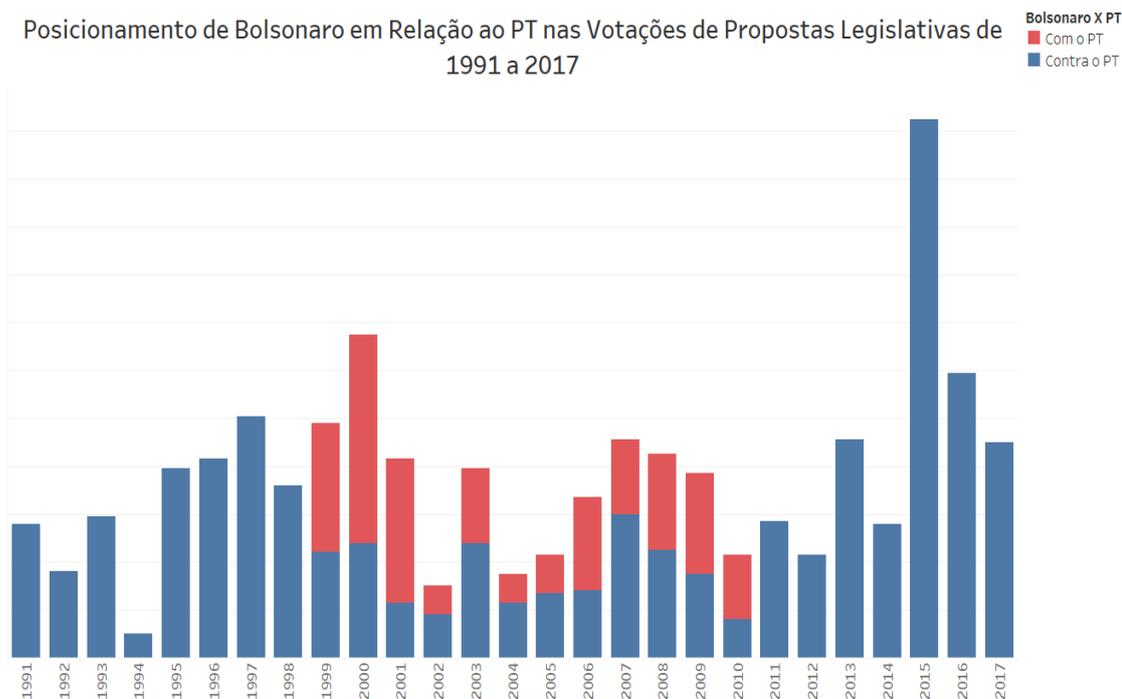
A narrativa de Bolsonaro é caracterizada por amalgamar pautas de grupos sociais diversificados. É nessa direção que Almeida (2019, p. 210) argumenta que “a candidatura Bolsonaro articulou desigualmente essas linhas de força: a demanda securitária; a moralidade dos costumes; a desqualificação do Estado por ser corrupto e paternalista; e a intolerância interpessoal”. Sob esse registro, o componente mais recente a ser incorporado em suas performances discursivas foi o liberalismo econômico como consequência dessa desqualificação do Estado. Assim como os demais processos de ampliação de sua base, esse também ocorreu de maneira gradual e a partir de sinalizações realizadas por intermédio de atores relevantes ao segmento social a ser atraído. Nesse caso, a aproximação com o mercado e com a elite econômica nacional se estruturou a partir da indicação de Paulo Guedes como principal mentor das políticas econômicas do então candidato. A relevância simbólica de Guedes nesse cenário não pode ser subestimada, sua formação econômica na Universidade de Chicago e o papel fundamental desta escola na reestruturação previdenciária ocorrida no Chile no início da década de 80 e sua afinidade com o mercado financeiro representam um sinal claro de alinhamento com as políticas defendidas por esses setores. Tal aproximação, entretanto, não possui laços ideológicos fundamentados e a trajetória política de Bolsonaro na Câmara dos Deputados comprova isso. Dentre os 166 projetos de lei propostos pelo então deputado, nenhum correspondia às pautas, nem

⁵ Em agosto de 2020, o Pastor Everaldo foi preso por suspeita de corrupção no governo do estado do Rio de Janeiro na gestão de Wilson Witzel, governador filiado ao seu partido.

apresentava os símbolos da hegemonia neoliberal. Ao contrário, seu reacionarismo, estatismo e corporativismo ostentavam uma simbologia mais afeita ao nacional-desenvolvimentismo latino-americano das décadas passadas, particularmente detratado pelos expoentes de Chicago.

A antítese original entre o liberalismo de Paulo Guedes e o populismo autoritário e estatista de Bolsonaro se torna ainda mais evidente ao passo que se observa, nos projetos de lei de sua autoria, um caráter amplamente intervencionista, com grande enfoque em ampliação da ação do Estado em favor de segmentos específicos da economia e da sociedade civil – militares e camadas médias. Além disso, suas votações no Congresso Nacional apontam que, entre 1999 e 2010 – período que compreende o segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso e os dois mandatos do Presidente Lula – o posicionamento político de Bolsonaro convergia de maneira expressiva com as votações da base do Partido dos Trabalhadores, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Posicionamento de Bolsonaro em Relação ao PT nas votações de Propostas Legislativas de 1991 a 2017



Fonte: Carazza (2018).

Foi somente com o governo de Dilma Rousseff que o antagonismo de Bolsonaro ao PT se tornou mais nítido. Como sugere Almeida (2019, p. 202), “com o discurso contra a corrupção da velha política, a bandeira do antipetismo consolidou-se na candidatura Bolsonaro”. Esse crescente antagonismo com relação ao PT e sua base de apoio foram os sentimentos que catalisaram o processo de reconversão do Brasil à direita. Sua disseminação, no entanto, foi articulada pelas elites econômicas e políticas tradicionais, cujos canais de veiculação e propagação hegemônica se encontram na grande mídia, na academia e em outros instrumentos de formação de opinião capazes de criar um consenso em torno da ideia de que as administrações petistas seriam responsáveis pelas mazelas e insatisfações manifestadas de forma escalonada a partir

de junho de 2013. Deste modo, conforme demonstrado nesta seção, foi apenas a partir deste período, que Bolsonaro estabeleceu as bases atuais de seu populismo de direita, sendo que, nesta construção, a articulação de demandas do neoliberalismo com as do autoritarismo em uma cadeia de equivalência, forjada através de uma fronteira agonística contra o petismo, exerceu papel fundamental.

Bases do Autoritarismo de Bolsonaro

Até agora mobilizamos a categoria laclauniana de maneira tradicional, isto é, utilizando-a como ferramenta heurística para compreender a formação das cadeias de equivalência que permitem a formação de um sujeito político a partir da articulação de diferentes sujeitos sociais. Segundo Laclau, para ser tipificado como populista, é preciso que tal articulação seja feita a partir de um discurso de inimizade entre opressores e oprimidos. Sendo assim, na demonstração desta hipótese, reunimos evidências que nos permitem identificar no antagonismo relativo ao Partido dos Trabalhadores, em particular, e à esquerda, em geral, o ponto nodal desta articulação que permitiu a gênese do bolsonarismo enquanto movimento populista. Nesta seção, contudo, nosso objetivo é ir além dessa mobilização tradicional, transferindo nosso olhar da gênese para o funcionamento do bolsonarismo no poder. Em outros termos, depois de analisar suas performances discursivas, analisaremos suas performances governativas, tensionando o conceito de populismo para que ele nos forneça parâmetros nessa empreitada. Essa diferenciação entre ambas é, todavia, puramente analítica uma vez que, de acordo com a base teórica aqui utilizada, todas as práticas sociais são discursivas. Conforme, esclarecem Laclau e Mouffe (2015) os objetos presentes no espaço social são formações discursivas, não havendo diferenciação efetiva entre a “realidade social”, ou o “mundo duro dos objetos” e o “mundo etéreo dos signos” (BURITY, 2010).

Para isso, todavia, será necessário incorporar elementos ulteriores à categoria laclauniana que, por se pretender puramente formal, despojada de qualquer orientação ideológica (econômica, social, política) dificulta este tipo de empreitada analítica. É neste tocante que tornar-se-ão úteis as formulações de Fraser e Hall que, ao ultrapassar o formalismo laclauniano, incorporam elementos na caracterização do populismo enquanto performance governativa cáustica às instituições democrático-liberais.

Para além do seu discurso de valorização do período ditatorial no Brasil, que forjou sua identidade política nos últimos trinta anos, Bolsonaro efetivamente implementou, ou tentou implementar, políticas autoritárias em seus dois primeiros anos de governo. Aqui cabe uma observação conceitual. Não se trata de definirmos o governo Bolsonaro como um regime autoritário, no sentido que Linz e Stepan (1999) formularam de maneira clássica. Nosso intuito é menos abrangente. Por políticas autoritárias entendemos as medidas governamentais propostas por Bolsonaro que atuam no sentido de um minimalismo democrático, de inobservância da accountability e de redução do alcance das instâncias participativas e deliberativas. São medidas que apontam na direção daquilo que Zakaria (1997) e Mounk (2019) definem como uma “democracia iliberal”, que O’Donnell (1991) chama de “democracia delegativa” ou que Levitsky e Way (2002) entendem por “autoritarismo competitivo”. Dito de outro modo, são políticas que comprimem as instâncias democráticas.

Sob esse registro conceitual, entre as oito medidas que podem ser categorizadas como autoritárias, estão: (1) o Decreto com a revisão da Lei de Acesso à Informação; (2) a carta do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, solicitando que alunos de escolas enviassem vídeos com o Hino Nacional; (3) a proposta do excludente de ilicitude do ministro da Justiça Sergio Moro; (4) o Decreto de extinção dos Conselhos de Participação Social; (5) a Medida Provisória 914, que trata das eleições nas universidades federais; (6) a ressignificação do AI-5; (7) o vídeo da Secretaria Nacional de Cultura com uma estética nazista; (8) e os 116 ataques contra a imprensa contabilizados pela Federação Nacional dos Jornalistas em 2019.

O Decreto 9.690/2019 com a revisão da Lei de Acesso à Informação, LAI, também conhecida como Lei da Transparência, foi a primeira medida do governo federal, em 2019, que poderia ser considerada de viés autoritário. Publicado no Diário Oficial em 24 de janeiro, com a assinatura do presidente em exercício, general Hamilton Mourão, o Decreto permitiria que servidores comissionados e dirigentes de fundações, autarquias e empresas públicas imponham sigilo ultrassecreto a dados públicos. Criada em 2011 pelo governo de Dilma Rousseff, a LAI criou mecanismos para que qualquer pessoa possa solicitar informações de órgãos públicos sem a exigência de processos burocráticos. Pela LAI, somente o presidente e o vice-presidente da República, ministros de Estado e autoridades equivalentes, além dos comandantes das Forças Armadas e chefes de missões diplomáticas no exterior poderiam declarar determinados documentos como sigilosos.

Contudo, com a inclusão de servidores comissionados e dirigentes de fundações, autarquias e empresas públicas, o Decreto 9.690/2019 assinado por Mourão ampliou o rol de atores com permissão para declarar o sigilo de dados públicos. O temor era que, ao ampliar o espectro de proponentes de documentos sigilosos, a transparência pública fosse afetada. Curiosamente, a principal defesa pública da medida partiu do ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário. Segundo Rosário, “as mudanças propostas têm como objetivo simplificar e desburocratizar a atuação do Estado” (AMARAL, 2019). Após quase um mês de pressão na imprensa e no Congresso Nacional, Bolsonaro decidiu, em 26 de fevereiro, publicar um novo Decreto para revogar o anterior, o Decreto nº 9.716/2019.

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, também se envolveu em uma confusão vista, no mínimo, como autoritária, mas também como inconstitucional. Em 25 de janeiro, o ministro enviou um e-mail para diretores de escolas de todo o país com o pedido para que os alunos lessem uma carta que continha o slogan usado por Bolsonaro em sua campanha: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. O e-mail dizia o seguinte:

Prezados Diretores, pedimos que, no primeiro da volta às aulas, seja lida a carta que segue em anexo nesta mensagem, de autoria do Ministro da Educação, Professor Ricardo Vélez Rodríguez, para professores, alunos e demais funcionários da escola, com todos perfilados diante da bandeira do Brasil (se houver) e que seja executado o hino nacional. Solicita-se, por último, que um representante da escola filme (pode ser com celular) trechos curtos da leitura da carta e da execução do hino nacional (GOMES, 2019).

Com a repercussão negativa e o questionamento do próprio Ministério Público Federal, no dia seguinte Vélez recuou e desistiu da solicitação. Segundo o MPF, haveria na solicitação do ministro o desrespeito de cerca de 17 preceitos constitucionais e legais. Vélez acabou demitido em 8 de abril por outras razões⁶.

Outro ministro envolvido com uma polêmica entendida como autoritária foi Sergio Moro do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em 04 de fevereiro, Moro apresentou seu Projeto de Lei Anticrime com a inclusão do chamado “excludente de ilicitude” para policiais. Na prática, a proposta significa a isenção ou redução de penas para policiais que estiverem em situações de confronto armado. Para Bolsonaro esse era um projeto de alta relevância, na medida em que dialogava diretamente com seu eleitorado mais fidelizado, qual seja, os agentes de segurança pública. Em sua campanha eleitoral, em 2017, Bolsonaro já havia defendido esse tipo de proposta: “[O policial] agiu, trabalhou, houve algo de errado? Responde, mas não tem punição [...] alguns falam: 'você quer dar autorização para o policial matar?' Quero, sim”, dizia o então candidato à presidência da República (SOBRINHO, 2019). Contudo, a proposta encontrou resistência na sociedade civil e no Congresso Nacional. Em 25 de setembro, o grupo de trabalho da Câmara dos Deputados que analisou o pacote anticrime rejeitou, por nove votos a cinco, a ampliação do conceito de excludente de ilicitude, previsto no Código Penal. Não obstante tenha conseguido tirar o excludente de ilicitude da votação, a oposição não conseguiu impedir a aprovação dos outros pontos do pacote anticrime. Segundo Marcelo Freixo, um dos deputados da oposição que fizeram parte do grupo de trabalho, a negociação para retirar o excludente de ilicitude do pacote anticrime foi uma importante vitória: “Esse projeto alternativo está muito longe de ser o ideal, mas se ele não fosse aprovado, a proposta original de Moro, de criar um Estado penal máximo e autoritário, sairia vitoriosa. Por isso a oposição se mobilizou para derrotar o ministro”, argumentou Freixo em seu Twitter (A TABATA..., 2019).

Em 11 de abril de 2019, um novo Decreto extinguiu a maior parte dos Conselhos de Participação Social da administração pública federal. Desde 2014, a Política Nacional de Participação Social criada no governo Rousseff estimula a participação da sociedade civil nos processos de formulação, execução e avaliação das mais variadas políticas públicas do país. O governo Bolsonaro, no entanto, considera esse sistema de participação social como um espaço de influência dos movimentos sociais no governo. Assim, com o Decreto 9.759/2019 procurou extingui-los. “Gigantesca economia, desburocratização e redução do poder de entidades aparelhadas politicamente usando nomes bonitos para impor suas vontades, ignorando a lei e atrapalhando propositalmente o desenvolvimento do Brasil”, sustentou o presidente da República ao defender o decreto (FERNANDES; FERNANDES, 2019). Mas, dessa vez não foi o próprio governo quem voltou atrás e impediu a efetivação da medida em decorrência da pressão social. Foi a judicialização do processo que conseguiu minimamente assegurar limites ao Decreto. Partido de oposição ao governo, o PT imediatamente entrou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.121 no Supremo Tribunal Federal em 15 de abril. Em 13 de junho, o STF acatou parcialmente o pedido da ADIN do PT e decidiu, por unanimidade, conceder uma liminar para limitar o alcance da medida. De acordo

⁶ A demissão de Vélez não foi por essa razão, mas sim por conflitos internos com o guru intelectual de Bolsonaro, Olavo de Carvalho.

com o STF, colegiados criados por lei não poderiam ser extintos pelo Decreto. “É uma vitória da sociedade civil contra o autoritarismo que vem sendo imposto por esse governo”, celebrou a presidenta nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann, na ocasião (CAMPOS, 2019).

A última grande ação de 2019 categorizada como autoritária surgiu na véspera do Natal, em 24 de dezembro, com a Medida Provisória 914, que trata das eleições nas universidades federais. A MP 914 acaba com a possibilidade da paridade entre estudantes, professores e técnicos administrativos que hoje é adotada em algumas das universidades. Pela MP, cada eleição deve respeitar um peso de 70% para docentes, 15% para estudantes e 15% para técnicos administrativos. Além disso, os diretores de departamentos e institutos não são mais eleitos, mas sim escolhidos pelo reitor da universidade.

A ideia do autoritarismo não esteve presente apenas em projetos pontuais apresentados ao longo do primeiro ano do governo, mas também em discursos e na própria estética apresentada em determinadas ocasiões. O filho do presidente e deputado federal Eduardo Bolsonaro, por exemplo, chegou até mesmo a sugerir a criação de um novo AI-5 para conter protestos e mobilizações sociais no Brasil. Em entrevista ao jornal Estado de S. Paulo, o general Augusto Heleno, representante do núcleo duro do governo Bolsonaro e ministro do Gabinete de Segurança Institucional, reafirmou a proposta do filho do presidente: “se falou [em AI-5], tem que estudar como vai fazer, como vai conduzir. Acho que, se houver uma coisa no padrão do Chile, é lógico que tem que fazer alguma coisa para conter” (AI-5, 2019). Quase um mês após as primeiras declarações de Eduardo Bolsonaro e do general Heleno, o ministro da economia, Paulo Guedes, retornou ao tema ao comentar os protestos sociais no Chile e a possibilidade de eles chegarem ao Brasil: “Não se assustem então se alguém pedir o AI-5. Já não aconteceu uma vez?”, declarou Guedes (BETIM, 2019). A sociedade civil reagiu e uma das principais respostas contra essa ressignificação do AI-5 partiu do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Felipe Santa Cruz:

É gravíssima a manifestação do deputado, que é líder do partido do presidente da República. É uma afronta à Constituição, ao Estado democrático de direito e um flerte inaceitável com exemplos fascistas e com um passado de arbítrio, censura à imprensa, tortura e falta de liberdade (AMORIM, 2019).

Todavia, o ponto alto dessa estética autoritária do governo Bolsonaro foi, indubitavelmente, o vídeo do Secretário Nacional de Cultura, Roberto Alvim, para divulgar o Prêmio Nacional das Artes. Divulgado em 17 de janeiro de 2020, o vídeo teve como trilha de fundo a ópera “Lohengrin”, de Richard Wagner, admirada por Hitler, além da cópia de trechos de discurso de Joseph Goebbels, ministro de cultura e comunicação da Alemanha nazista, o que provocou uma onda de indignação nas redes sociais que culminou com a demissão de Alvim.

O autoritarismo também se expressou por meio de ataques contra a imprensa. Relatório da Federação Nacional dos Jornalistas, a FENAJ, aponta que o presidente fez, em 2019, um total de 116 declarações contra a imprensa, com 11 ataques a jornalistas, e 105 tentativas de descredibilização da imprensa (FENAJ, 2020).

O que vimos até aqui foi que os elementos do autoritarismo presente no governo Bolsonaro encontraram, na maior parte das vezes, resistência no Judiciário, no Legislativo e na sociedade civil. Com as bases de seu neoliberalismo foi um pouco diferente, como veremos na seção seguinte.

Bases do Neoliberalismo de Bolsonaro

Como já mencionamos, as origens filosóficas do neoliberalismo podem ser remetidas ao trabalho de Friedrich Hayek, *O Caminho da Servidão*, escrito no fim da Segunda Guerra Mundial e direcionado ao Partido Trabalhista inglês. Núcleo normativo da proposta do autor, a ideia de austeridade surge como desdobramento de uma tensão constitutiva das origens do liberalismo político, no tocante ao papel do Estado como mal necessário. Tal tensão, ressaltada já na seminal contribuição de John Locke (1978), diz respeito à necessidade de regulação, não apenas para garantir segurança aos indivíduos, mas o seu bem-estar econômico, também ameaçado pelo uso irrefreado das liberdades individuais.

As teses apresentadas por Hayek tiveram um efeito avassalador, cuja sedimentação no campo político e teórico configurou as bases conceituais para a emergência de um novo bloco histórico algumas décadas depois (BLYTH, 2013).

Após esse primeiro movimento no plano conceitual, o processo de consolidação do neoliberalismo ganhará força com a crise do modelo econômico do pós-guerra, sobretudo depois de 1973, ano marcado pelas convulsões decorrentes dos embargos da OPEP à distribuição de petróleo. Neste mesmo ano, após o assassinato de Salvador Allende, o general Augusto Pinochet assume o poder no Chile, nomeando uma equipe econômica que ficou conhecida sob a alcunha de *Chicago Boys* por terem recebido sua formação na Universidade de Chicago, reconhecidamente inscrita no campo ortodoxo (SILVA, 1991).

Sob esta perspectiva, a experiência neoliberal chilena ganha centralidade não apenas por sua prioridade cronológica e por sua feição radical, mas também por ser o ambiente intelectual que forjou o futuro ministro da Economia brasileiro, Paulo Guedes. Isto porque o caráter autoritário do regime de Pinochet blindou a implementação de medidas impopulares das pressões democráticas que poderiam tê-las dificultado. Essa blindagem foi particularmente importante em uma conjuntura na qual o ideário neoliberal ainda não era hegemônico e, portanto, incapaz de recobrir a adoção de seu receituário com o manto da legitimidade, convencendo parcelas da sociedade de sua inevitabilidade. Por este motivo, o Chile pode ser considerado como um laboratório, no qual a experimentação econômica pôde ser levada a cabo sem a influência das pressões políticas presentes em um regime democrático.

O regime conduzido sob a batuta dos *Chicago Boys* se inspirava no conceito de *minarquia*, utilizado para designar sistemas que incumbem o Estado de um mínimo de funções, geralmente restritas à segurança, justiça e ao poder de polícia. Diferentemente da democracia, a minarquia não traz como valores centrais a igualdade e a participação popular enquanto mecanismos de legitimação indispensáveis a qualquer estrutura jurídico-política. Até porque, neste léxico, tais estruturas são denunciadas como desnecessárias e custosas.

Como veremos, o governo Bolsonaro levou ao extremo a escola neoliberal brasileira. Com o setor econômico do governo entregue ao ministro da Economia Paulo Guedes, o governo iniciou o processo de desmonte de políticas sociais e avançou nas privatizações de empresas estatais. Emergiu assim o neoliberalismo em sua feição mais radical no Brasil. Essa marca está registrada no discurso do secretário especial de Desestatização e Privatização do Ministério da Economia, Salim Mattar: “Talvez esse governo tenha discurso mais liberal do que está praticando, mas nunca nenhum governo teve prática mais liberal do que este”, assegura Mattar (BRANCO, 2020).

No campo das privatizações, o ministro da Economia Paulo Guedes anunciou em 21 de agosto uma lista com cerca de 16 empresas estatais que seriam privatizadas até o fim do governo. Entre elas estariam, Correios, Telebrás, Eletrobrás, Casa da Moeda, EBC, Serpro e tantas outras. Não obstante o anúncio, a única empresa estatal que de fato foi privatizada, em 2019, foi a BR Distribuidora, maior distribuidora de combustíveis do Brasil. Em fins de julho, a Petrobras se desfez de mais de 30% das ações da BR Distribuidora. Assim, a participação da Petrobras no capital social da BR Distribuidora passou de 71,25% para 37,5%. A consequência direta da privatização foi a redução do quadro de trabalhadores da empresa. Em 12 de novembro, a empresa anunciou seu Plano de Desligamento Optativo.

O governo federal também se desfez de ativos em empresas que no passado já haviam sido privatizadas, mas que ainda contavam com participação pública, como o Instituto de Resseguros do Brasil, IRB. Em julho de 2019, a participação da União via Banco do Brasil e Caixa Econômica foi desfeita com a venda bilionária de ações na Bolsa. No Banco do Brasil, uma situação polêmica aconteceu, em julho de 2020, com a venda de uma carteira de créditos ao BTG Pactual, banco privado fundado pelo ministro Paulo Guedes. De acordo com denúncia da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, ANABB, a carteira, cujo valor contábil é de R\$ 2,9 bilhões, foi cedida por R\$ 371 milhões, cerca de 12% do valor total. Para os partidos da oposição, esse processo foi um primeiro passo para a futura privatização do próprio Banco do Brasil. “Esta é uma operação gravíssima, porque é parte e sequência das ações entreguistas do governo Bolsonaro, de privatização do Banco do Brasil”, sustentou a ex-senadora do PCdoB, Vanessa Grazziotin (2020).

Mas nem todas as tentativas obtiveram sucesso. Em 5 de novembro de 2019 o governo Bolsonaro publicou a Medida Provisória 902 que dispõe sobre o fim da exclusividade da Casa da Moeda do Brasil para as atividades de fabricação de papel moeda, de moeda metálica e de cadernetas de passaporte, de impressão de selos postais e fiscais federais. Ao acabar com o monopólio da Casa da Moeda na produção desses itens, o governo federal pretendia abrir as portas para a privatização da empresa. Todavia, como não houve interesse do Congresso Nacional em converter a MP em lei, ela perdeu sua eficácia em 2020.

No salário-mínimo, política pública que afeta diretamente a parcela mais pobre da população, o governo acabou com a possibilidade de aumento real. Com a proposta de apenas corrigir o valor pela inflação, o governo Bolsonaro acabou com o ganho real sucessivo ocorrido anualmente desde o início do governo Lula, passando pelo governo Rousseff. A austeridade econômica também alcançou o programa Bolsa Família. Em 2019, o governo federal excluiu do programa aproximadamente um milhão de famílias. Se no primeiro semestre de 2019 eram 14,3 milhões de famílias beneficiadas, no segundo semestre o número caiu para 13,5 milhões (OLIVEIRA, 2020).

Essa agenda neoliberal também teve como foco a flexibilização dos direitos trabalhistas. Foi o que ocorreu com a “Medida Provisória da Liberdade Econômica”, sancionada pelo presidente em 20 de setembro de 2019. Entre os principais pontos da nova lei, constam a dispensa de registro de ponto para empresas com até 20 empregados, a flexibilização de regras trabalhistas e a separação do patrimônio de empresas e sócios em casos de falência ou execução de dívidas.

Mesmo economistas liberais consideram Guedes exageradamente ortodoxo. Economista liberal próxima do PSDB, Monica de Bolle tem elaborado pesadas críticas ao ministro: “Não se atenua a pobreza e a desigualdade sem um Estado atuante. É preciso ter redes de proteção social fortes. O mercado não resolve sozinho, como já foi mostrado de todo jeito. O Paulo Guedes está preso nos anos 70 do Chile e dos “Chicago boys””, argumenta de Bolle (AMORIM, 2019).

Diferentemente da agenda autoritária, a agenda neoliberal poderia encontrar maior apoio no Congresso Nacional e, mesmo, nos principais setores da imprensa. Um exemplo dessa postura favorável ao projeto neoliberal de Bolsonaro, mas crítico da agenda conservadora era o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. “Votei no Bolsonaro pela agenda econômica dele. Tenho muita convergência com os caminhos que estão sendo propostos pelo Paulo Guedes. Se essa for a agenda do governo no Parlamento, terá sempre o meu apoio”, declarou Maia ainda em 2018 (MENEZES; PRADO; KRAKOVICS, 2018). Mas, não obstante essa declaração de Maia em 2018, o processo não foi simples como os atores do governo esperavam. Em 11 de agosto de 2020, o secretário especial de Desestatização e Privatização do Ministério da Economia, Salim Mattar, pediu demissão do cargo. Ao comentar a demissão, o ministro Paulo Guedes revelou essas dificuldades:

O Salim Mattar pediu demissão hoje. Isso, na verdade, é um sinal de insatisfação com o ritmo de privatizações. Mas vocês têm que perguntar para o Salim quem é que está impedindo as privatizações. O que ele me disse é que é muito difícil privatizar, o Estado não deixa privatizar, é muito emperrado (DIAS, 2020).

No fim das contas, o declarado apoio programático do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, não foi o suficiente para superar no Congresso Nacional a oposição dos partidos de esquerda e a pressão dos interesses corporativos dos funcionários públicos que seriam afetados pelas privatizações. A já mencionada Medida Provisória da Casa da Moeda, que foi rejeitada pelo Congresso Nacional, é um sinal dessa dificuldade encontrada pelo governo no Poder Legislativo. Em artigo publicado no dia seguinte ao que entregou o pedido de demissão, Mattar (2020) respondeu ao questionamento feito por Guedes sobre quem estaria impedindo as privatizações:

Os grupos de interesse, absolutamente legítimos e naturais em uma democracia, dificultam o processo de desestatização. Assim, o establishment composto diretamente pelos empregados públicos, sindicatos, fornecedores, comunidades, políticos locais, partidos de esquerda e lideranças políticas têm sido uma barreira natural para a privatização (MATTAR, 2020).

Considerações Finais

Ao articular uma equivalência entre as demandas de uma agenda autoritária com as demandas de uma agenda neoliberal, tendo como fronteira agonística o petismo, Bolsonaro estabeleceu no Brasil aquilo que definimos como um populismo de direita. Mas é possível que esse populismo de direita seja ainda um guarda-chuva muito amplo para o que representa Bolsonaro. Talvez, e esse é um objetivo a ser explorado em um trabalho futuro, seja preciso um esforço teórico dirigido ao conceito de extremismo para compor um enquadramento capaz de enfatizar a dimensão radical do fenômeno aqui analisado, categorizando-o de forma mais particular como um populismo de extrema-direita ou um populismo reacionário. Essa percepção é corroborada pela literatura internacional. Intelectual paquistanês que acompanha a política brasileira, Tarik Ali sustenta que “não se pode dizer que Bolsonaro faz parte da direita tradicional que existe no Brasil. Ele é um personagem cujas ideias vêm da ultradireita, que defende a ditadura militar [...]” (VIANA, 2019). Nancy Fraser e Mayra Cotta observaram que “a candidatura que celebra a ditadura militar e é entusiasta da tortura e da violência institucionalizada no Estado é a mesma candidatura que ataca as sexualidades não hétero e que não quer que gênero seja ensinado nas escolas.” (FRASER; COTTA, 2018).

Para Chantal Mouffe, no populismo de direita “há apenas uma pessoa que merece o título de fascista e é (Jair) Bolsonaro.” (ABREVAYA, 2018). Segundo Mouffe, “o projeto de Bolsonaro é claramente um projeto que coloca em questão o Estado de Direito e as instituições da democracia pluralista”, o que bastaria para defini-lo como fascista. Manuel Castells concorda com Mouffe quando afirma que Bolsonaro é “um presidente fascista, defensor da ditadura militar, misógino, sexista, racista e xenófobo.” (CASTELLS, 2018). O mesmo faz Antonio Negri ao definir Bolsonaro como um “fascista do século XXI” (NEGRI, 2018). Já Boaventura de Souza Santos avalia Bolsonaro como “um neofascista confesso, admirador da ditadura e defensor da eliminação física dos dissidentes políticos.” (SANTOS, 2019). Estudioso do fascismo e do populismo, o historiador argentino Federico Finchelstein acusa Bolsonaro de ser “o líder populista que mais se aproximou do fascismo em toda a história.” (PINHEIRO-MACHADO, 2020). Esse populismo de direita com viés reacionário já encontrou seu espaço no Brasil. Resta saber por quanto tempo as instituições resistirão ao seu avanço.

Referências

- A TABATA do pacote anticrime: Freixo é criticado nas redes sociais. *Último Segundo*, 5 dez 2019.
- ABREVAYA, Sebastian. “Diante do avanço do populismo de direita, ‘o único caminho é desenvolver um populismo de esquerda’. Entrevista com Chantal Mouffe”. *IHU-Online*, São Leopoldo, 26 nov. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584930-diante-do-avanco-do-populismo-de-direita-o-unico-caminho-e-desenvolver-um-populismo-de-esquerda-entrevista-com-chantal-mouffe>. Acesso em: 25 dez. 2020.
- ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, abr. 2019.
- ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: ABRANCHES, Sérgio et al. *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 41-56.
- AMARAL, Luciana. ‘Transparência está mantida’, diz Mourão sobre decreto que altera sigilo. *UOL*, São Paulo, 24 jan. 2019. Disponível em: <https://tvuol.uol.com.br/video/transparencia-esta-mantida-diz-mourao-sobre-decreto-que-altera-sigilo-0402CD183762C0B16326?debug=true>. Acesso em: 20 dez. 2020.

AMARAL, Oswaldo E. The victory of Jair Bolsonaro according to the Brazilian electoral study of 2018. *Brazilian Political Science Review*, São Paulo, v. 14, n. 1, 2020.

AMORIM, Felipe. Presidente da OAB: Eduardo Bolsonaro flerta com fascismo ao sugerir AI-5. *UOL*, São Paulo, 31 out. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/31/presidente-da-oab-eduardo-bolsonaro-flerta-com-fascismo-ao-sugerir-ai-5.htm>. Acesso em: 20 dez. 2020.

AMORIM, Lucas. Monica de Bolle: Paulo Guedes está preso nos anos 70. *Exame*, São Paulo, 5 nov. 2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/monica-de-bolle-paulo-guedes-esta-preso-nos-anos-70/>. Acesso em: 9 dez. 2020.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BETIM, Felipe. Paulo Guedes repete ameaça de AI-5 e reforça investida radical do Governo Bolsonaro. *El País*, São Paulo, 26 nov. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/politica/1574424459_017981.html. Acesso em: 2 dez. 2020.

BLYTH, Mark. The austerity delusion: why a bad idea won over the west. *Foreign Affairs*, New York, v. 92, n. 3, p. 41-56, 2013.

BOLSONARO, Jair. [Sessão: 061.2.55.O]. Brasília: Câmara dos Deputados, 30 mar. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2WGNFpW>. Acesso em: 5 jan. 2021.

BOLSONARO, Jair. [Sessão: 156.3.55.O]. Brasília: Câmara dos Deputados, 13 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2WNMvZI>. Acesso em: 5 jan. 2021.

BOLSONARO, Jair. [Sessão:140.1.3.O]. Brasília: Câmara dos Deputados, 13 ago. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2EVLLYI>. Acesso em: 9 jan. 2021.

BRANCO, Leo. Nenhum governo teve prática mais liberal que administração Bolsonaro, defende Salim Mattar. *O Globo*, São Paulo, 29 jan. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/nenhum-governo-teve-pratica-mais-liberal-que-administracao-bolsonaro-defende-salim-mattar-1-24217764>. Acesso em: 9 jan. 2021.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

BURITY, Joanildo. Onda conservadora e surgimento da nova direita cristã brasileira? a conjuntura pós-impeachment no Brasil. *Ciencias Sociales y Religión*, Porto Alegre, v. 22, 2020.

BURITY, Joanildo. Teoria do discurso e educação: reconstruindo o vínculo entre cultura e política. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 7-29, 2010.

CAMPOS, Cyntia. STF acolhe liminar do PT e impede Bolsonaro de extinguir conselhos. *PT no Senado*, Brasília, 12 jun. 2019.

CARAZZA, Bruno. O espírito das leis. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://oespiritodasleis.blogfolha.uol.com.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

CASTELLS, Manuel. Carta aberta aos intelectuais do mundo. *El País*, São Paulo, 11 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/10/opinion/1539160088_843725.html. Acesso em: 5 jan. 2021.

CRESPO, Miguel Urban. *El viejo fascismo y la nueva derecha radical*. Barcelona: Sylone, 2014.

DIAS, Roger. Salim Mattar e Paulo Uebel pedem demissão do Ministério da Economia. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 ago. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/08/11/internas_economia,1175250/salim-mattar-e-paulo-uebel-pedem-demissao-do-ministerio-da-economia.shtml. Acesso em: 9 jan. 2021.

DROLET, Jean-François. *American neoconservatism: the politics and culture of a reactionary idealism*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FENAJ – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. *Ano se encerra com 116 ataques de Bolsonaro à imprensa*. Brasília, 2 jan. 2020. Disponível em: <https://fenaj.org.br/ano-se-encerra-com-116-ataques-de-bolsonaro-a-imprensa/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

FERNANDES, Anais; FERNANDES, Talita. Bolsonaro enaltece extinção de conselhos federais com atuação da sociedade civil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/bolsonaro-enaltece-extincao-de-conselhos-federais-com-atuacao-da-sociedade-civil.shtml>. Acesso em: 9 jan. 2021.

FRASER, Nancy. Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: a escolha de Hobson. In: GEISELBERGER, Heinrich. *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrenta-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

FRASER, Nancy; COTTA, Mayra. #Elenão é parte do feminismo que vencerá crise mundial, diz autora americana. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 out. 2018. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/10/elenao-e-parte-do-feminismo-que-vencera-crise-mundial-diz-autora-americana.shtml#:~:text=Nancy%20Fraser%2C%20fil%C3%B3sofa%20e%20professora,Social%20Research%20](https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/10/elenao-e-parte-do-feminismo-que-vencera-crise-mundial-diz-autora-americana.shtml#:~:text=Nancy%20Fraser%2C%20fil%C3%B3sofa%20e%20professora,Social%20Research%20.). Acesso em: 5 jan. 2021.

FREEDEN, Michael. After the Brexit referendum: revisiting populism as an ideology, *Journal of Political Ideologies*, Oxford, v. 22, n. 1, p. 1-11, 2017.

FREEDEN, Michael. *Ideologies and political theory: a conceptual approach*. Oxford: Oxford University Press on Demand, 1996.

FREEDEN, Michael. *Ideology: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FREEDEN, Michael. Is nationalism a distinct ideology? *Political Studies*, Surrey, v. 46, n. 4, p. 748-765, 1998.

GOMES, Luís Eduardo. MEC pede a escolas que filmem hino e leitura de carta com slogan de Bolsonaro. *Brasil de Fato*, São Paulo, 26 fev. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/26/mec-pede-a-escolas-que-filmem-hino-e-leitura-de-carta-com-slogan-de-bolsonaro/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

GRAZZIOTIN, Vanessa. Banco do Brasil vende créditos ao banco de Paulo Guedes. *Brasil de Fato*, São Paulo, 29 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/29/banco-do-brasil-vende-creditos-ao-banco-de-paulo-guedes>. Acesso em: 25 jan. 2021.

HALL, Stuart. *The hard road to renewal: thatcherism and the crisis of the left*. London: Verso, 1988.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na época do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

HAWKINS, Kirk; CARLIN, Ryan E.; LITTVAY, Levente; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. *The ideational approach to populism*. Abingdon: Routledge, 2018. p. 1-24.

HAWLEY, George. *Making sense of the alt-right*. New York: Columbia University Press, 2017.

JUNIOR, Roberto; MENDONÇA, Daniel. “Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 13, p. 107-136, 2014.

KALIL, Isabela Oliveira. *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel, 1996.

LACLAU, Ernesto. “Identidad y hegemonía: el rol de la universalidad en la constitución de lógicas políticas”, “Estructura, historia y lo político” y “Construyendo la universalidad”. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. (eds.). *Contingencia, hegemonía y universalidad*. México: Fondo de Cultura Económico, 2003, p. 49-93, p. 185-214 e p. 281-306.

LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. Londres: Verso, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

LEVITSKY, Steven; WAY, Lucan. The rise of competitive authoritarianism. *Journal of Democracy*, Baltimore, v. 13, n. 2, abr. 2002.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. *A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014.
- MATTAR, Salim. Por que saí do governo. *Brazil Journal*, [s. l.] 12 ago. 2020. Disponível em: <https://braziljournal.com/por-que-sai-do-governo>. Acesso em: 5 jan. 2021.
- MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: Uma análise a partir da perspectiva da Teoria do discurso. *Revista Sociologia e Política*, vol. 20, p. 135-145, 2003.
- MENDONÇA, Daniel. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, vol. 43, nº 3, p. 249-258, 2007.
- MENEZES, Maiá; PRADO, Thiago; KRAKOVICS, Fernanda. 'A agenda econômica de Bolsonaro terá meu apoio', do Rodrigo Maia. *O Globo*, São Paulo, 30 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/a-agenda-economica-de-bolsonaro-tera-meu-apoio-diz-rodri-go-maia-23197662>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- MOUFFE, Chantal. *Por um populismo de esquerda*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MUDDE, Cas. *The far right today*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2019.
- NEGRI, Antonio. Primeiras observações sobre o desastre brasileiro. *Revista Cult*, São Paulo, 29 nov. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/antonio-negri-desastre-brasileiro/>. Acesso em: 5 jan. 2021.
- NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- O' DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 31, p. 25-40, out. 1991.
- OLIVEIRA, Cida. Em um ano, governo Bolsonaro exclui 1 milhão de famílias do Bolsa Família. *Sul 21*, [s. l.], 10 jan. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2020/01/em-um-ano-governo-bolsonaro-exclui-1-milhao-de-familias-do-bolsa-familia/>. Acesso em: 5 jan. 2021.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Entrevista: 'Bolsonaro é o populista que mais se aproximou do fascismo na história', diz Federico Finchelstein. *The Intercept*, Rio de Janeiro, 7 jul. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/07/07/bolsonaro-populista-fascismo-entrevista-federico-finchelstein/>. Acesso em: 25 jan. 2021.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, v. 16, n. 278, p. 3-15, 2018.
- POPULISMO não define Trump e Bolsonaro, diz filósofo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21 jun. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/06/21/interna_internacional,1158608/populismo-nao-define-trump-e-bolsonaro-diz-filosofo.shtml. Acesso em: 25 jan. 2021.
- POWER, Timothy J.; RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. The political right and party politics. *Routledge Handbook of Brazilian Politics*. In: BARRY, Ames (ed.). *Routledge handbook of brazilian politics*. Londres: Routledge, 2018. p. 251-268.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A inauguração do passado *IHU Online*, São Leopoldo, 10 jan. 2019.
- SILVA, Patricio. Technocrats and politics in Chile: from the Chicago boys to the CIEPLAN monks. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 23, n. 2, p. 385-410, 1991.
- SOBRINHO, Wanderley Preite. O que é o excludente de ilicitude e qual a relação com o caso Ághata. *UOL*, São Paulo, 23 set. 2019. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/09/23/o-que-e-o-excludente-de-ilicitude-e-o-que-defende-o-projeto-de-moro.htm>. Acesso em: 8 jan. 2021.
- SOLANO, Ester. Crise da democracia e extremismos de direita. *Análise*, [s. l.], v. 42, n. 1, p. 1-27, 2018.
- STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do 'nós e eles*. São Paulo: L&PM, 2018.

STEFANONI, Pablo. Biblia, buey y bala... recargados: Jair Bolsonaro, la ola conservadora en Brasil y América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, v. 278, p. 4-11, 2018.

TORMEY, Simon. *Populismo: uma breve introdução*. São Paulo: Cultrix, 2019.

VIANA, Natalia. Tariq Ali: 'você olha para Sergio Moro e não vê a cara da Justiça'. *Opera Mundi*, São Paulo, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/59432/tariq-ali-voce-olha-para-sergio-moro-e-nao-ve-a-cara-da-justica>. Acesso em: 5 jan. 2021.

ZAKARIA, Fareed. The rise of illiberal democracy. *Foreign Affairs*, New York, v. 76, n. 6, nov./dez. 1997.

Declaração de Co-Autoria: Mayra Goulart da Silva declara ter contribuído “com a revisão bibliográfica, com a discussão teórica e com a sistematização dos dados referentes à trajetória parlamentar de Bolsonaro (análise de discurso e de votações feitas no plenário na Câmara dos Deputados ao longo de seus sete mandatos consecutivos).” Theófilo Codeço Machado Rodrigues declara ser “Responsável pelas duas seções finais do artigo que tratam da interpretação dos dados de pesquisa.”

*Minicurrículo do/a(s) Autor/a(s):

Mayra Goulart da Silva. Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2013). Professora junto ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: mayragoulart@gmail.com.

Theófilo Codeço Machado Rodrigues. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2017). Pós-Doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisa financiada pela FAPERJ (Processo E-26/202.426/2019). E-mail: theofilomachadorodrigues@gmail.com.